

Veículo: Rádio Band News FM
Data: 15/05/2019
Assunto: Pessoas com deficiência têm direito a isenção de impostos na compra de veículos.

**Data:** 15/05/2019

**Hora:** 09:35:35

**Duração:** 00:04:03

**Emissora:** BAND NEWS

**Programa:** BAND NEWS

**Apresentador(a):** ARLA COQUEIRO

**Categoria:** REPORTAGEM

**Citação Direta:** Sim

**Impacto:** NEUTRO

**Sinopse:** Pessoas com deficiência motora tem desconto na compra de carros com ganho de direito da isenção de impostos. Corretor de imóveis relata sua busca pelo seu direito.

15/05/2019 - 05:00

## Estados vão propor mudança na reforma tributária

Por **Marta Watanabe**

Os secretários de Fazenda deverão discutir amanhã, em reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), proposta de ajustes ao Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de reforma tributária em tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados.

A ideia, diz Rafael Fonteles, secretário de Fazenda do Piauí e coordenador dos Estados no Confaz, é levar ao conjunto dos secretários nove premissas que já foram alvo de consenso entre 13 Estados do Norte e Nordeste. Após o debate, se houver concordância, os Estados decidirão se apresentarão emenda à PEC ou se irão propor um texto novo para a reforma tributária.

Apresentada pelo deputado Baleia Rossi (MDB/SP), a PEC 45/2019, da reforma tributária, baseia-se no projeto elaborado pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). Manoel Vitório, secretário de Fazenda da Bahia, diz que os Estados das duas regiões apoiam a reforma tributária e a proposta do CCiF, mas entendem que são necessários "alguns ajustes".

Entre as mudanças a serem propostas, Fonteles destaca a criação de um fundo de desenvolvimento regional com parte dos recursos arrecadados e a redução gradativa de participação da União na arrecadação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a ser criado. O prazo de transição para os Estados também cairia de 50 anos para 10 anos.

Segundo a proposta do CCiF, o IBS substituiria gradualmente três tributos federais (PIS, Cofins e IPI), além do ICMS (estadual) e ISS (municipal). Compartilhado por União, governos estaduais e prefeituras, o tributo proposto segue o modelo do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) adotado em vários países.

Manoel Vitório explica que uma das preocupações dos Estados é o efeito que a adoção do novo imposto pode ter na arrecadação, já que o ICMS, que seria substituído, é o principal tributo dos governos estaduais, apesar da corrosão da sua base de incidência e da sua perda de participação na receita total em impostos e contribuições.

O tributarista Eurico De Santi, professor da FGV/SP e diretor do CCiF, defende um sistema de "federalismo cooperativo", no qual Estados e municípios cobrariam 18% de imposto sobre bens e serviços não cumulativos, o que permitiria manter a arrecadação atual e ter recursos para a organização de um fundo de desenvolvimento regional.

15/05/2019 - 05:00

## O socorro da União a Estados e municípios

Por Mansueto Almeida

Na história recente do Brasil, desde a década de 1980, os Estados e municípios foram socorridos diversas vezes pelo governo federal. Infelizmente, essa prática não nos levou a uma trajetória benigna de ajuste fiscal e nem possibilitou o crescimento do investimento público.

No período mais recente pós Plano Real, a reforma do sistema financeiro levou a uma primeira mudança importante para os Estados com o Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária - Proes (Medida Provisória 1.514/1996). Essa medida permitiu a concessão de financiamentos para saneamento financeiro e o refinanciamento da dívida dos Estados junto aos seus bancos estaduais com o compromisso de privatização desses bancos, uma medida importante para fechar uma fonte permanente de desequilíbrio fiscal nos Estados brasileiros.

Adicionalmente, a Lei 9.496/1997 federalizou a maior parte das dívidas dos Estados, especialmente a dívida mobiliária, e renegociou o estoque dessa dívida. Estados e municípios perderam a prerrogativa de emitir títulos públicos e o limite para contratação de novas operações de créditos passou a ser determinado e monitorado pela Secretaria do Tesouro Nacional. Essa lei refinanciou a dívida dos Estados por 30 anos à taxa de juros IGP-DI + 6% ao ano, ante 17% de juros reais que os Estados na época pagavam aos seus credores, e limitou o pagamento de juros mensal a, no máximo, 13% da Receita Líquida Real (RLR) dos Estados.

Essa renegociação dos Estados envolveu R\$ 474 bilhões, em valores de 2017, e descontos de quase R\$ 50 bilhões da dívida refinanciada. Se adicionarmos o montante da dívida dos municípios e outras dívidas renegociadas, o saldo total desse refinanciamento alcançou em valores da época 15% do PIB. Mas novos socorros e flexibilização de operações de crédito voltariam dez anos depois, apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) ter proibido novas renegociações de dívidas e de ter endurecido as regras para concessão de crédito e garantias da União.

Em 2009, o Tesouro Nacional, atendendo a demanda dos Estados, alterou o espaço de endividamento dos governos subnacionais com mudanças no Plano de Ajuste Fiscal (PAF) e resoluções do Senado foram também alteradas para excepcionalizar diversas operações de crédito dos limites globais de contratação dos entes federais, com destaque para empréstimos para os investimentos da Copa do Mundo e das Olimpíadas. Essas mudanças aumentaram, substancialmente, o espaço para o crescimento do endividamento dos Estados, inclusive dos mais endividados. De 2009 a 2012, foram autorizadas novas operações de crédito, no valor de R\$ 143 bilhões, uma média de R\$ 36 bilhões por ano, ante média de R\$ 6 bilhões anual no biênio 2007-2008.

### ***Qualquer tentativa de socorro aos Estados sem o controle da despesa com pessoal agravará mais a situação fiscal***

Uma segunda mudança pós-2009 foi a flexibilização das regras na concessão de garantias, a flexibilização da nota do Tesouro Nacional que reflete a capacidade de pagamento dos entes subnacionais, a CAPAG. Apenas Estados e municípios com notas "A" ou "B" podem contratar operações de empréstimos com garantia da União. No entanto, de 2011 a 2014, o Ministério da Fazenda permitiu que Estados com nota "C" e "D" contratassem novos empréstimos com garantias da União, sem que houvesse qualquer compromisso de ajuste fiscal. Nesse período, mais da metade das novas operações de crédito



com garantias da União se deu por meio de perdão ("waivers") das notas dos entes subnacionais pelo Secretário do Tesouro e pelo ministro da Fazenda, uma prática que era regulamentada por uma portaria do Ministério da Fazenda, revogada apenas em 2017.

Uma terceira mudança importante na sequência de ajuda recente aos Estados pós-2009 foi a troca do indexador das dívidas renegociadas no âmbito da Lei 9.496/1997. Em 2014, o governo aprovou a Lei Complementar 148/2014, que alterou retroativamente o indexador dessas dívidas de IGP-DI+6% ao ano para IPCA+4% ao ano ou Selic, o que fosse menor. Essa troca de indexador representou uma redução de R\$ 98 bilhões na dívida dos Estados e municípios.

Dois anos após essa mudança do indexador, o governo federal voltou a socorrer os Estados por meio da Lei Complementar 156/2016, com adesão de 19 Estados que tiveram uma ampliação de 20 anos no prazo para pagar a sua dívida junto à União, com o compromisso de limitar o crescimento da despesa com pessoal e de custeio à inflação por dois anos. Ressalte-se que, a princípio, esse tipo de renegociação era vedado pela LRF, mas a solidariedade com os Estados foi mais forte do que a letra fria da lei.

Essas duas últimas mudanças - indexador e alongamento da dívida - reduziram em cerca de 30% o serviço da dívida dos Estados, apesar da contratação de novas operações de crédito pós-2009. Com exceção dos quatro Estados mais endividados (SP, RJ, RS e MG), o serviço da dívida dos Estados passou a ser entre 5%-7% da sua RCL, valor muito abaixo do teto que havia sido estabelecido, em 1997, e muito inferior ao que vários Estados efetivamente pagaram de 2010 a 2015.

No entanto, a queda no serviço da dívida não melhorou a situação fiscal da grande maioria dos Estados, pois, de 2010 a 2016, a despesa de pessoal e custeio cresceu 10 pontos percentuais da RCL dos Estados. Ou seja, o benefício recente das várias renegociações da dívida dos Estados foi perdido pelo aumento substancial da despesa com pessoal e de custeio, em especial, aumento da despesa com pessoal ativo e inativo que, de 2010 a 2016, cresceu 6,5 pontos percentuais da RCL. Em 2017, mais da metade dos Estados gastaram com pessoal acima do limite de 60% da RCL estabelecido pela LRF.

O problema da grande maioria dos Estados não é o peso da dívida, mas sim o forte crescimento da despesa com pessoal que, em alguns estados, já supera 70% da RCL. Qualquer tentativa de socorro aos estados, sem o controle da despesa com pessoal, agravará ainda mais a situação fiscal. A única solução para os estados passa, necessariamente, pela reforma da previdência, maior controle nas contratações, mudanças no plano de carreira de servidores, maior controle do orçamento dos poderes independentes, redução das vinculações e redução da indexação das despesas.

**Mansueto Almeida é secretário do Tesouro Nacional.**



Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 15/05/2019	Página: --

## FOLHA DE S.PAULO

**Guedes vê economia no 'fundo do poço' e indica redução da alta do PIB para 1,5%**

***Em março, a projeção de expansão era de 2,2%; revisão foi confirmada por secretário da Fazenda***

14.mai.2019 às 15h41 Atualizado: 14.mai.2019 às 19h20

**Thiago Resende Danielle Brant**  
**Brasília**

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou, nesta terça-feira (14), que a economia brasileira está no "fundo do poço", ao comentar que as projeções já indicam [um crescimento de 1,5% do PIB](#) (Produto Interno Bruto) neste ano.

Conforme a **Folha** publicou nesta terça, a equipe econômica prepara uma revisão de alta do PIB (Produto Interno Bruto) do país em 2019, prevendo uma expansão em torno de 1,5% a 2% no ano.

"Vocês vão ver que o crescimento, que era de 2% quando eles fizeram as primeiras simulações, [já caiu para 1,5%](#). Quando cai para 1,5%, as receitas são menores ainda, e aí já começam os planejamentos de contingenciamentos de verbas. Já começam as trajetórias futuras de despesas a serem apertadas", disse Guedes, ressaltando que, desde o começo do governo, as projeções da equipe econômica e do mercado estão alinhadas.

O ministro, no entanto, não deixou claro que essa será a revisão a ser anunciada formalmente no dia 22 de maio, quando o governo apresentará uma reavaliação da expectativa de receita e de despesas para 2019. No relatório anterior, divulgado em março, a perspectiva de [crescimento do PIB estava em 2,2%](#).

"Independente de os mercados quererem que as coisas aconteçam rapidamente, nossa realidade é que estamos no fundo do poço. Está nas mãos da Casa nos tirar do fundo do poço com equacionamento fiscal", afirmou o ministro, que compareceu à comissão mista do Orçamento do Congresso Nacional.

Diante do menor crescimento da atividade econômica, menos recursos entram nos cofres públicos. Por isso, também deve ser anunciado um corte na programação de gastos no ano.

A revisão da expansão do PIB foi confirmada pelo secretário especial da Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, durante apresentação, ao lado do ministro Paulo Guedes (Economia), na comissão mista de Orçamento, do Congresso Nacional.

"Essa [projeção de] 2,2% vai ser revisada; iremos apresentar dia 22 deste mês o relatório de avaliação de receitas e despesas e termos novo número de crescimento. Vai ser menor que 2,2%; vai ser menor do que 2%, porque a economia não responde à altura", disse o secretário. Ele estima que o contingenciamento de gastos será bem menor que os R\$ 30 bilhões anunciados em março.

A revisão do crescimento deve representar um bloqueio que pode chegar a R\$ 10 bilhões na próxima revisão orçamentária, que será apresentada na próxima semana, de acordo com reportagem publicada pela **Folha** nesta terça.

No mesmo dia em que o Banco Central reconheceu que o PIB deve ter recuo no primeiro trimestre, Rodrigues Júnior declarou ainda que a equipe econômica tem estudado medidas para estimular a economia. "A economia no momento não está respondendo de forma tão rápida. Nós temos a certeza e temos ferramentas e ações que podem fazer com que a economia reaja intensamente de maneira rápida de forma a termos outra avaliação desses parâmetros", concluiu. Na comissão, Guedes disse nunca ter achado que "a coisa ia ser fácil" e que via com ceticismo a possibilidade de crescimento de 2,5% da economia brasileira neste ano.

À comissão do Congresso Guedes e seus secretários buscam explicar os parâmetros econômicos que usaram em suas projeções para a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e responder a questionamentos dos parlamentares presentes. Segundo o ministro, as premissas para a economia neste ano foram superadas "desfavoravelmente" em relação às projeções feitas no final de março.

"Quando chegou o governo novo, havia expectativas de que as reformas tivessem uma certa rapidez e já se estava antecipando uma forte recuperação econômica. Então o Brasil já estaria crescendo 2,5%, 2,7%. Isso nos números dos mercados, da equipe", afirmou. "Eu sempre olhei para isso com um pouco mais de ceticismo."

Como faz em todas as apresentações, o ministro voltou a dizer que o Brasil é prisioneiro de uma armadilha de baixo crescimento. "Eu não acredito que a coisa fosse ser fácil. Agora há uma expectativa de que o Brasil poderia, e eu acredito firmemente nessa hipótese, continuar sua trajetória em direção a uma sociedade aberta, virtuosa."

Mais cedo, a ata do Copom indicou que o processo de recuperação da atividade foi interrompido, embora o cenário-base contemple uma retomada à frente. O BC apontou ainda uma probabilidade de que a economia tenha recuado ligeiramente nos três primeiros meses do ano na comparação trimestral.

Com a aprovação das reformas, continuou o ministro, o Brasil poderá quebrar esse ciclo e retomar o crescimento econômico. "Quando os investidores percebem que há um futuro fiscal assegurado, que não existe uma espada de damas sobre a economia brasileira, que você tem 5, 10, 15 anos de equilíbrio fiscal garantidos pela reforma, os investidores começam a entrar", afirmou.

Na apresentação, Guedes também falou sobre a necessidade de [crédito suplementar de R\\$ 248 bilhões](#). Desse total, cerca de R\$ 200 bilhões seriam para arcar com gastos da Previdência, R\$ 30 bilhões para o [BPC \(benefício para idosos carentes\)](#), R\$ 6 bilhões para o programa Bolsa Família e R\$ 10 bilhões para o Plano Safra.

"O buraco da previdência virou um buraco negro fiscal que ameaça engolir o Brasil", afirmou o ministro. Ele criticou o fato de o governo estar tomando dívida para pagar despesas correntes. "É a pessoa que toma dívida para almoçar, para jantar. Não vai funcionar essa situação."

Guedes defendeu ainda que o governo adote um realismo fiscal e afirmou que não vai vender falsas esperanças. "Independente de os mercados quererem que as coisas aconteçam rapidamente, nossa realidade é que estamos no fundo do poço. Está nas mãos da casa nos tirar do fundo do poço com equacionamento fiscal", afirmou. Para ele, é preciso combinar o "coração macio que a esquerda sempre teve, de sensibilidade, do olhar social, com a austeridade". "Senão você não consegue ser fraterno ou solidário. Você quebra antes."



# Tribuna

## Guedes: ‘Vamos nos endividar para pagar despesas correntes, não é normal’

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o pedido do governo ao Congresso para um crédito suplementar de R\$ 248 bilhões reflete os problemas estruturais do Brasil e o recurso será usado para pagar a Previdência (INSS), o BPC, o Bolsa Família e o Plano Safra. “Estamos à beira de um abismo fiscal. Vamos nos endividar para pagar Bolsa Família, BPC, Plano Safra e as aposentadorias do regime geral, INSS. Estamos nos endividando para pagar despesas correntes. Não deveria ser normal”, disse ele, durante audiência pública na Comissão Mista de Orçamento (CMO). É o que mostra reportagem do Estadão.

Dos R\$ 248 bilhões pedidos no crédito suplementar, conforme Guedes, R\$ 200 bilhões são para Previdência, R\$ 30 bilhões BPC, R\$ 6 bilhões Bolsa Família e quase R\$ 10 bilhões do Plano Safra. Segundo ele, isso mostra o drama do tamanho do buraco do País. “O buraco da Previdência virou um buraco negro fiscal que ameaça engolir o Bra-



sil. Exatamente por isso que estamos pedindo um crédito suplementar para não quebrar a regra de ouro, que prevê que o País só pode se endividar se tiver investindo”, destacou Guedes.

### SECRETÁRIO

O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse que, com o teto dos gastos, as despesas nos próximos anos sofrerão um

arrocho “nunca visto na república brasileira”. “A situação não é absolutamente sem solução por conta de teto de gastos”, completou o ministro da Economia, Paulo Guedes.

Em apresentação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) do Congresso Nacional, Rodrigues ressaltou que a despesa prevista para este ano, de R\$ 1,4 trilhão (19,3% do PIB), é muito alta e precisa ser controlada.

Veículo: Metro1	
Data: 14/05/2019	Caderno: Economia



## Economia

### Governo prepara queda na projeção do PIB e novo bloqueio de até R\$ 10 bi

No fim de março, o governo bloqueou quase R\$ 30 bilhões do Orçamento e reduziu de 2,5% para 2,2% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto

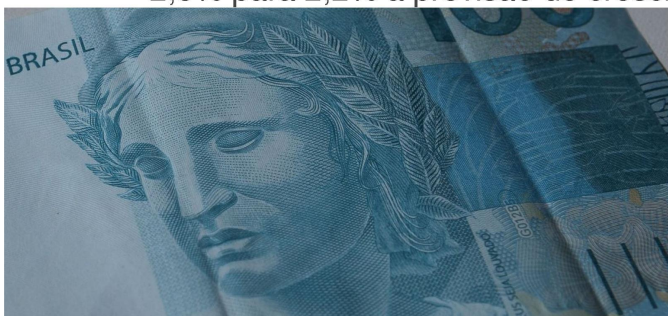


Foto: Agência Brasil

Por **Juliana Rodrigues** no dia 14 de Maio de 2019 · 12:20

A equipe econômica do governo federal deverá revisar a projeção de crescimento da economia para um valor entre 1,5% e 2% neste ano, o que pode levar a um novo bloqueio de até R\$ 10 bilhões na próxima revisão orçamentária.

No fim de março, o governo bloqueou quase R\$ 30 bilhões do Orçamento e reduziu de 2,5% para 2,2% a previsão de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019. Com a nova revisão desta projeção, técnicos da equipe econômica afirmam, segundo a Folha, que a arrecadação federal pode cair entre R\$ 7 bilhões e R\$ 20 bilhões, se não houver receitas extraordinárias.

As projeções das instituições financeiras divulgadas ontem (13) no boletim Focus, do Banco Central, indicam um [crescimento de 1,45% na economia brasileira](#). Analistas dos principais bancos do país alertam para um risco de recessão caso o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) consolide o PIB do quarto trimestre de 2018 com revisão para baixo.



Veículo: G1	
Data: 14/05/2018	Caderno: Economia



## Previdência virou um 'buraco negro fiscal' e economia está no 'fundo do poço', diz Paulo Guedes

*Ministro da Economia deu a declaração em comissão do Congresso. Ele disse que cabe aos parlamentares aprovar as reformas propostas pelo governo e tirar o país da atual situação econômica.*

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília  
14/05/2019 14h38 Atualizado há 12 minutos



Paulo Guedes participou de audiência na Comissão de Orçamento do Congresso — Foto: Pablo Valadares/Câmara dos Deputados

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou nesta terça-feira (14), em audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, que a Previdência Social virou um "buraco negro fiscal que ameaça engolir o Brasil". Guedes disse ainda que a economia do país está no "fundo do poço", mas deverá sair dessa situação com a aprovação das reformas, como a Previdência e a tributária.



Ele lembrou que as contas do governo vêm apresentando **resultados primários negativos**, ou seja, com despesas maiores do que receitas (sem contar os juros da dívida pública) desde 2014, e que a estimativa da área econômica é de que o resultado continue no vermelho até o fim do governo Bolsonaro.

De acordo com o ministro, o principal responsável pelos resultados negativos das contas públicas é a Previdência Social, que tem apresentado **rombos bilionários nos últimos anos**.

"O buraco da Previdência virou um buraco negro fiscal que ameaça engolir o Brasil", afirmou Guedes.

Ele lembrou que **o governo pediu autorização ao Legislativo para um "crédito suplementar"** de R\$ 248 bilhões neste ano.

O crédito suplementar, segundo Guedes, visa evitar o descumprimento da chamada "regra de ouro", que impede que o governo contraia dívida para cobrir despesas correntes, como o pagamento de salário de servidores. "Estamos pedindo um crédito suplementar para não quebrar a 'regra de ouro'. A regra de ouro é um preceito básico, que é evitar a irresponsabilidade de ficar se endividando para pagar despesa corrente. Estamos à beira de um abismo fiscal, e por isso precisamos de um crédito suplementar para poder pagar despesas correntes", completou o ministro.

A lei admite que o governo se endivida apenas para fazer investimentos, que podem depois se refletir em crescimento da economia e em aumento da arrecadação.

Guedes citou que o rombo das contas públicas tem impulsionado a dívida bruta do setor público, que atualmente está em **cerca de 80% do Produto Interno Bruto (PIB)**, bem acima da média dos países emergentes.

### ***'Fundo do poço'***

Guedes ainda afirmou que a economia do país está no "fundo do poço". De acordo com ele, está nas mãos do Congresso tirar o Brasil dessa situação, com a aprovação de reformas propostas pelo governo.

"Independente do mercado querer que as coisas aconteçam rapidamente, a nossa realidade é que nós estamos no fundo do poço. Então, não adianta achar que nós vamos crescer por fora, que vamos crescer 3%. Não é a nossa realidade. A nossa realidade é o seguinte: estamos lá no fundo. Agora está nas mãos da Casa [Congresso Nacional] nos tirar do fundo do poço, com esse equacionamento fiscal", disse o ministro.

Mais cedo, **o Banco Central avaliou**, por meio da ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que o PIB pode registrar retração no primeiro trimestre deste ano. Guedes afirmou que, assim que as reformas forem aprovadas, a resposta da economia será rápida.

“As pessoas dizem: 'A economia não está respondendo rapidamente'. Eu pergunto: 'Respondendo a quê?' Se é para responder, é para responder a alguma coisa. O que que nós fizemos para ela crescer? Nós não aprovamos nada. Não fizemos nada, como ela vai sair crescendo? Só na base da saliva, da expectativa, do sonho? Não”, argumentou o ministro.

De acordo com Guedes, a estratégia de crescer na base de declarações de autoridades da área econômica já foi tentada em governos do passado. Na visão do ministro, “funciona durante um certo tempo, e ali na frente colapsa tudo”.

"Nós não vamos fazer isso. Nós não vamos vender falsas esperanças. Ao contrário. Dizemos: 'A situação é séria, mas as reformas têm o poder de produzir a resposta", completou.

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 15/05/2019	Página: --

# FOLHA DE S.PAULO

## Economia recua 0,68% no 1º tri, diz indicador do Banco Central

### **Em março, desempenho econômico teve retração de 0,28%**

15.mai.2019 às 8h41 Atualizado: 15.mai.2019 às 9h19

#### São Paulo

A atividade econômica brasileira registrou retração de 0,68% no primeiro trimestre de 2019, de acordo com dados divulgados pelo Banco Central nesta quarta-feira (15).

O IBC-Br (Índice de Atividade Econômica do Banco Central) recuou também na comparação de março com fevereiro, apresentando queda de 0,28%. Economistas previam queda de 0,20%, segundo projeções das agências Bloomberg e Reuters.

O mau desempenho da economia brasileira nos primeiros três meses deste ano já havia se refletido nos dados do IBGE para indústria e serviços no período. Segundo o instituto, a indústria fechou o primeiro trimestre do ano [com queda de 0,7%](#), enquanto o segmento de [serviços teve retração de 0,6%](#).

O comércio, apesar de encerrar o [período com alta de 0,2%](#), fechou março 6,1% abaixo do pico atingido pelo setor nos meses de outubro e novembro de 2014, segundo informações do IBGE.

As preliminares do desempenho econômico do Brasil em 2019 fizeram o mercado revisar nas últimas semanas suas projeções de crescimento para o ano.

Nesta segunda (13), economistas ouvidos pelo BC reajustaram para baixo pela 11ª semana seguida a previsão do PIB (Produto Interno Bruto) do país. Segundo a pesquisa Focus, a projeção agora é que o crescimento fique em 1,45%.

Na mesma data, o Itaú divulgou que o desempenho da [economia brasileira neste ano não deve ser superior](#) ao do ano passado, que foi de 1,1%. A previsão anterior, divulgada há um mês pelo banco, era de [avanço de 1,3%](#).

Já o [Bradesco havia cortado sua estimativa para 1,1%](#) na semana passada, consolidando a [expectativa de que a economia terá mais um ano perdido](#).

O ministro da Economia, Paulo Guedes, [afirmou, nesta terça-feira \(14\)](#), que a economia brasileira está no "fundo do poço", ao comentar que as projeções já indicam [um crescimento de 1,5% do PIB](#) neste ano.

"Vocês vão ver que o crescimento, que era de 2% quando eles fizeram as primeiras simulações, já caiu para 1,5%. Quando cai para 1,5%, as receitas são menores ainda, e aí já começam os planejamentos de contingenciamentos de verbas. Já começam as trajetórias futuras de despesas a serem apertadas", disse Guedes, ressaltando que, desde o começo do governo, as projeções da equipe econômica e do mercado estão alinhadas.



Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 15/05/2019	Página: --

# FOLHA DE S.PAULO

## Correção da tabela do IR reduziria arrecadações em R\$ 60 bi, diz Guedes

### **Segundo ministro, mudança não faria sentido já que o governo precisa reduzir gastos**

14.mai.2019 às 17h50 Atualizado: 14.mai.2019 às 21h11

**Thiago Resende Danielle Brant**  
**Brasília**

O [ministro Paulo Guedes \(Economia\)](#) disse, nesta terça-feira (14), que a [correção da tabela do imposto de renda \(IR\)](#) reduziria a arrecadação dos cofres públicos entre R\$ 50 bilhões e R\$ 60 bilhões por ano. O presidente Jair Bolsonaro afirmou, em entrevista a uma rádio, neste domingo, que pediu a Guedes que atualizasse a tabela do IR pela inflação. Com esta medida, mais pessoas entrariam na faixa de renda isenta do imposto ou em grupos que pagam alíquotas menores. Guedes, no entanto, não informou qual o período de inflação considerado para calcular um impacto de até R\$ 60 bilhões. Ele declarou apenas que essa conta seria "se fizesse uma correção da tabela lá atrás".

Em audiência pública na CMO (Comissão Mista de Orçamento) do Congresso, o ministro disse que, diante do rombo nas contas públicas, a mudança na tributação do imposto de renda não faria sentido já que o governo precisa reduzir gastos. "Se fizesse um negócio desse na hora em que você está falando de fazer uma reforma da Previdência para tentar conseguir R\$ 100 bilhões. Você fazendo um sacrifício todo mundo e fala 'atualiza a reforma aí e dá R\$ 70 bilhões para todo mundo'. Você perde, começa a confundir as coisas", disse.

O ministro afirmou ainda que, mais para a frente, o governo vai começar a discutir a revisão das deduções de gastos com saúde e educação no Imposto de Renda. "Se são R\$ 108 bilhões [destinados] ao SUS [Sistema Único de Saúde] para os mais pobres, por que os mais ricos com essa dedução de saúde e educação?", questionou. "Você acaba tendo situações como essa, paradoxais. Quer dizer que os mais pobres gastam R\$ 100 bilhões e você dá para os mais favorecidos, nem falo a palavra rico, porque às vezes é classe média, classe média-baixa, mas você deixa eles levarem R\$ 20 bilhões?"

Além do fim das deduções, Guedes falou que também está em estudo uma redução de alíquota, para não haver "esse favorecimento justamente para as famílias que já têm alguma condição de criar filhos." Guedes atacou também os benefícios tributários destinados a organizações sem fins lucrativos. "Aí estudam garotos ricos, chega um carro importado, e não pagam imposto também (...) Quer dizer que nós, classe média para cima, treinamos nossos filhos em escolas que são isentas, mas a filha da empregada doméstica vai estudar numa escola privada que paga impostos?"

Na comissão, ele também foi questionado sobre a reforma tributária. A Câmara prevê iniciar a análise de uma proposta apresentada pelo MDB e inspirada nas ideias do economista Bernard Appy. Guedes respondeu que analisou o texto que tramita no Congresso e encontrou um problema: a proposta também prevê mudanças nos tributos estaduais e municipais.

Por isso, o ministro acredita que o texto poderá ficar travado no Legislativo por afetar governadores e prefeitos. "Nós achamos mais viável juntar os impostos federais em um IVA [imposto sobre valor agregado]", afirmou o ministro. Na ideia dele, os governadores e prefeitos, então, seriam convidados a fazer parte do imposto único.

# FOLHA DE S.PAULO

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

# Tabela congelada

Prometida por Bolsonaro, correção das faixas do IR deveria vir acompanhada de medidas para ampliar o peso do tributo na receita, mesmo sem elevá-la

Em circunstâncias normais, corrigir a tabela do Imposto de Renda de modo a manter estável a carga sobre as pessoas físicas é medida justa e corriqueira. Quando o colapso orçamentário do governo está a ameaçar serviços e obras públicas, porém, as prioridades têm de ser escolhidas com mais cuidado.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) decerto buscou agradecer aos contribuintes quando anunciou a medida, no domingo (12), em entrevista a um programa de rádio. Dois dias depois, esta Folha noticiou que o governo prepara um novo bloqueio de gastos, depois de já ter contingenciado por meio de decreto quase R\$ 30 bilhões neste ano.

Não há como dissociar os dois temas. A prometida correção da tabela significará, quando e se levada a cabo, menor arrecadação — e, em consequência, mais cortes de despesas. Cumpre, portanto, comparar benefícios e custos.

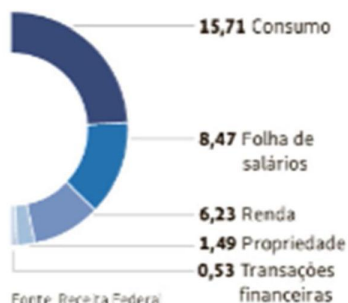
A escassez de verbas, agravada pelo mau desempenho da economia, afeta principalmente os investimentos a cargo do Tesouro Nacional. Estes somaram pouco mais de R\$ 50 bilhões em 2018, apenas 0,78% do Produto Interno Bruto. Para manter o patamar de quatro anos antes, a cifra teria de ficar na casa dos R\$ 90 bilhões.

O quadro contribui para as deficiências do país em infraestrutura, para a crise na construção civil e, portanto, para o desemprego.

Mas os cortes também atingem duramente atividades tão essenciais quanto o custeio das universidades públicas e as bolsas para pesquisa. Mesmo com a perspec-

### Incidência de carga tributária

Em 2017, % do PIB



Fonte: Receita Federal

tiva de uma reforma da Previdência, os ajustes tendem a continuar severos nos próximos anos.

Do outro lado da conta, não resta dúvida de que o congelamento da tabela do IR é um modo tortuoso e pouco transparente de elevar a receita do governo. Além do mais, utilizado em excesso: calcula-se defasagem das faixas em torno de 95% acumulados desde 1996.

Entretanto deve-se considerar que a tributação direta da renda permanece relativamente baixa no Brasil, onde a carga total — de exagerados 32,43% do PIB — concentra-se em demasia no consumo.

Não seria despropositado, portanto, elevar o peso do IR na arrecadação pública, sem elevá-la no todo, em especial com a taxação dos maiores rendimentos.

Uma revisão mais ampla das regras do imposto poderia, sim, permitir a correção da tabela evitando maiores danos colaterais. Esse também parece ser o entendimento da área técnica, que, no entanto, foi mais uma vez ignorado pelo voluntarismo de Bolsonaro.



Veículo: Política Livre	
Data: 14/05/2019	Caderno: Economia



## **Relator da reforma tributária na CCJ, Roma votará pela admissibilidade do texto**

O relator da reforma tributária, o deputado federal João Roma (PRB-BA) votará pela admissibilidade do texto na reunião marcada para quarta-feira, 15, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A proposta, que altera o sistema tributário brasileiro, foi elaborada pelo economista Bernard Appy. No relatório obtido pela revista VEJA, Roma defende a Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que cria um imposto único batizado de Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Esse tributo substituiria cinco outros existentes: Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); **Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)**; Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS); Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins); e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS). A transição para o novo imposto se daria em 50 anos, com a substituição gradual das alíquotas. A reforma também cria um comitê nacional do IBS, com a participação de representantes dos três níveis governamentais, para regulamentar e gerir o imposto. De acordo com a revista Veja, João Roma afirma que, com a aprovação da matéria, é esperada a “grande simplificação do sistema tributário” com a “redução do contencioso tributário e do custo burocrático de recolhimento dos tributos, bem como significativo aumento da produtividade e renda no Brasil”. Ainda segundo a publicação, o relator argumenta, ainda, que a reforma é “necessária”, já que há “excessiva fragmentação da incidência tributária sobre bens e serviços” no país. “Apontam, ainda, que os tributos hoje existentes não possuem as características adequadas ao modelo de tributação sobre o consumo mediante cobrança não-cumulativa sobre o valor adicionado, o que provoca um aumento do custo dos investimentos, a oneração desproporcional da produção nacional relativamente à de outros países, além de um enorme contencioso entre o fisco e os contribuintes”, diz, no texto. A expectativa é que haja pedido de vista (mais tempo para estudar a matéria) dos integrantes da CCJ e a matéria só comece a ser votada na próxima semana. Casa aprovada, segue para a comissão especial. A VEJA, Roma ressaltou que, com a proposta, a Câmara dos Deputados está “procurando o protagonismo”.

# Tribuna

## 52% dos brasileiros entre 30 e 39 anos estão com o nome sujo

Pesquisa aponta que número de negativados avançou 2% em abril, na comparação com o mês anterior. Nessa faixa etária, são mais de 18 milhões de brasileiros nos cadastros de devedores.

RAYLLANNA LIMA  
REPÓRTER

**B**asta um descuido na organização das finanças para cair na inadimplência e ver as dívidas virando uma verdadeira bola de neve. E com tempos de instabilidade econômica, a quantidade de brasileiros com nome sujo na praça só cresce.

De acordo com dados da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil), o número de negativados avançou 2% no mês de abril, ante março, e mais da metade das pessoas (52%), entre 30 e 39 anos estão com restrição seus CPFs.

Nessa faixa etária, são mais de 18 milhões de brasileiros nos cadastros de devedores. "É justamente nessa fase da vida em que a corrida ao crédito acaba sendo inevitável, pois muitos já constituíram família, possuem filhos e assumem mais compromissos financeiros. Em um momento de crise, pode ser difícil equilibrar o orçamento se não houver controle e disciplina", explica o presidente do SPC Brasil, Roque Pellizzari Junior.

Vale também destacar



que uma porcentagem significativa da população com idade entre 40 e 49 anos (43%) estar negativada. Entre os mais jovens, de 18 a 24 anos, a proporção cai para 16% ou 4 milhões de pessoas. Na população idosa, considerando-se a faixa etária entre 65 a 84 anos, a proporção é de 33%.

Apesar da alta no número de inadimplentes, o levantamento registrou recuo no volume de dívidas pelo quarto mês consecutivo, o que

demonstra ritmo de desaceleração. A sondagem mostra que houve uma queda de 1,23% em abril deste ano na comparação com 2018. Segundo o SPC Brasil, o avanço da inadimplência vem perdendo fôlego desde novembro de 2018, quando a variação foi de 6%.

Ainda assim, o Brasil encerrou o mês com cerca de 62,6 milhões de pessoas negativadas. O dado representa mais de 40% da população adulta brasileira.

### NO VERMELHO

O Brasil encerrou o mês com cerca de 62,6 milhões de pessoas negativadas

### Dívidas com bancos lideram

A pesquisa revelou ainda que 52% da pendência dos brasileiros endividados está relacionada aos bancos, envolvendo dívidas com cartão de crédito, cheque especial, financiamentos e empréstimos. Em seguida aparecem os segmentos do comércio (17%), de comunicações (12%) e de água e luz (10%).

Na avaliação do presidente da CNDL, José Cesar da Costa, embora o crescimento da inadimplência no país ainda persista, é possível notar que o ritmo desse avanço está menor e acontece em paralelo com o crescimento do saldo de crédito, segundo dados do Banco Central.

"Por muito tempo, o aumento da inadimplência foi mitigado pela restrição do crédito. Agora, a desaceleração acontece em um contexto de retomada das concessões, o que indica um cenário melhor para mercado do crédito", afirma.



15/05/2019 - 05:00

## Aceno populista ignora crise fiscal

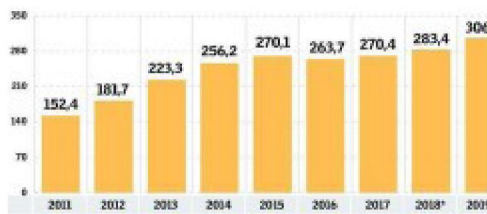
Por Cristiano Romero

Ao determinar que o Ministério da Economia corrija pela inflação os valores da tabela do Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas, o presidente Jair Bolsonaro demonstrou ignorar, mais uma vez, a gravidade das contas públicas. Para piorar, admitiu a possibilidade de elevar os limites de abatimento, da base de cálculo do mesmo imposto, os gastos das famílias com educação e saúde.

Nos dois casos, as mudanças resultarão em queda da arrecadação de tributos federais, no momento em que o governo tenta convencer a sociedade de que precisa tirar de seu bolso, ao longo de dez anos, R\$ 1,1 trilhão para tentar salvar a Previdência Social e o regime de aposentadoria dos funcionários públicos federais. O aceno, de caráter populista, ignora o fato de que, desde 2014, o setor público (União, Estados e municípios) acumula déficits primários em suas contas, isto é, não consegue arrecadar o suficiente para cobrir as despesas correntes, excluídos os gastos com o serviço (juros) da dívida.

### Perdas de receitas com gastos tributário

Em R\$ bilhões



Fonte: Receita Federal. Elaboração: IPI e Receita Federal. \* Estimativa \*\* Projeção da RFB.

Não é coincidência o fato de que, desde 2014, a economia brasileira vive um pesadelo. Encolheu quase 8% no triênio 2014-2016 e cresceu apenas 1,1% tanto em 2017 quanto em 2018. Considerando-se que a população brasileira cresce, em mêsio, pouco mais de 1% ao ano, a renda per capita teve queda real de quase 10% durante os três anos de recessão e, nos últimos dois anos, ficou estagnada.

Quando se esperava que o novo governo usasse o capital político conquistado na eleição de 2018 para, rapidamente, aprovar no Congresso a reforma da

Previdência, medida fundamental para motivar o empresariado a tirar o pé do freio e colocar a economia para andar, o que se viu, até o momento, foi um presidente sem convicção da agenda econômica que o elegeu e sem força ou interesse para arbitrar disputas internas que têm provocado desgaste na relação com a sua própria base de apoio, no Poder Legislativo.

Por que a geração permanente de déficits primários pelo setor público impede a recuperação da atividade? Porque, se os gastos públicos crescem acima da arrecadação tributária, o governo é obrigado a endividar-se no mercado, por meio de emissão de títulos públicos, para levantar os recursos necessários. Obviamente, se não dispõe de dinheiro sequer para bancar a despesa primária, não o tem também para honrar o gasto com os juros da dívida pública. A consequência é o crescimento da dívida.

Como não há superávit primário há cinco anos, isto é, uma sobra de recursos depois de pagar as despesas, a dívida bruta do setor público não para de crescer, aproximando-se neste momento do equivalente a 80% do PIB, o dobro da média dos países emergentes, classe de economias à qual o Brasil pertence.

### Perda de receita com isenção tributária vai a R\$ 306 bi neste ano

Essa situação cria enorme incerteza sobre horizontes cada vez mais curtos. Por quê? Porque, se nada for feito, a dívida atingirá níveis que farão os detentores de títulos públicos duvidar da capacidade do governo de honrar o pagamento desses papéis. O resultado será a elevação da taxa de juros a patamares cada vez mais altos. Isso ocorre porque, para continuar comprando os títulos e portanto seguir financiando o Tesouro Nacional, os investidores incorrerão em risco crescente, o que os levará a exigir prêmios mais elevados, ou seja, juros maiores.

É nesse contexto que entra a necessidade inequívoca de se reformar a Previdência. Se aprovadas, as mudanças não resolverão o problema fiscal de curto prazo. No entanto, alterações aprovadas agora indicariam que, no futuro próximo, o rombo da Previdência, que no ano passado somou quase R\$ 300 bilhões, incluindo na conta os rombos provocados pelas aposentadorias dos trabalhadores do setor privado e do setor público, desapareceria.

Alguém pode fazer o seguinte questionamento: por que, então, apesar da penúria das finanças públicas, as condições financeiras (juros, bolsa de valores e taxa de câmbio) ainda não se deterioraram? Isso não ocorreu até o momento porque, desde a queda da presidente Dilma Rousseff, em maio de 2016, governo e mercado fecharam acordo tácito, segundo o qual, a reforma da Previdência será aprovada. Como sempre faz o mercado, os feitos futuros da reforma foram "antecipados" nos preços dos ativos. Até quando? Não se sabe, mas em breve todos saberemos com a aprovação ou não da reforma.

Diante desse quadro, abrir mão de receitas tributárias agora não faz o menor sentido. Conceder mais benefícios fiscais a setores da sociedade é suicídio. Os governos no Brasil gastam mais com quem menos precisa. Aumentar esse desequilíbrio é uma afronta aos mais pobres. A Constituição de 1988 universalizou o direito dos brasileiros aos serviços públicos de saúde e educação. Sendo assim, não deveria ser permitida a transferência de recursos públicos do Estado para entes privados nessas áreas.

As perdas de receita com gastos (benefícios) tributários, por exemplo, chegaram a R\$ 270,4 bilhões em 2017 - mais que o dobro dos R\$ 124,3 bilhões de déficit primário do governo central naquele ano - e a R\$ 283,4 bilhões em 2018. Neste ano, a conta crescerá novamente (ver gráfico). Do total, R\$ 20 bilhões serão abatidos dos gastos da classe média com saúde e educação particulares, montante que faz bastante falta ao orçamento da saúde e da educação.

**Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras**

**E-mail: [cristiano.romero@valor.com.br](mailto:cristiano.romero@valor.com.br)**

15/05/2019 - 05:00

## Fazenda Nacional vence na Câmara Superior do Carf disputa sobre IPI

Por **Beatriz Olivon**

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) venceu ontem, na Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), a disputa com contribuintes sobre o cálculo do IPI em vendas realizadas por indústria para atacadista do mesmo grupo. A vitória, na 3ª Turma, foi por voto de qualidade - desempate pelo presidente do colegiado, que é representante da Fazenda.

Foi a primeira vez que a Câmara Superior analisou o assunto. Porém, o precedente da 3ª Turma não poderá ser aplicado em todos os processos sobre o tema. De acordo com os conselheiros, a questão será definida caso a caso.

O tema foi analisado por meio de dois processos da Procosa Produtos de Beleza, fabricante de produtos L'Oréal. Um deles voltou de pedido de vista e outro foi iniciado na sessão de ontem (processos nº 16682.722461/2015-30 e nº 16682.722760/2016-55).

Neles, a fabricante discute a validade de cobranças de IPI, referentes aos anos de 2011 e 2012. A Câmara Superior aceitou o recurso da PGFN, mas determinou que os processos voltem para as turmas do Carf. Segundo os conselheiros, argumentos do contribuinte deixaram de ser analisados.

A divergência entre os contribuintes e a Receita Federal está no conceito de "praça" para cálculo do Valor Tributável Mínimo (VTM) - previsto no Regulamento do IPI de 2010 (Decreto nº 7.212/2010). É o piso para tributação de produto vendido por fabricante para filial ou atacadista antes do consumidor final.

O artigo 195 da norma afirma que o valor tributável não pode ser inferior ao preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente. Para a Receita Federal, praça é um conceito comercial, que considera para a base de cálculo do IPI o preço praticado pelo atacado. Já para as empresas, a praça está limitada ao município do remetente que, geralmente, é o fabricante.

Caso não haja concorrentes na mesma praça, segundo a interpretação dos contribuintes, o IPI deveria ser calculado pelo artigo 196 do decreto. Pelo dispositivo, se não existir mercado atacadista, o VTM deve se basear no custo de fabricação, acrescido dos custos financeiros e dos de venda, administração, publicidade e do lucro.

Nas autuações analisadas pela 3ª Turma, a Receita Federal considerou que praça era a região entre o Rio de Janeiro, onde fica a indústria, e Duque de Caxias, onde está a distribuidora. O entendimento foi mantido pelo relator, conselheiro Rodrigo da Costa Pôssas, representante da Fazenda.

Para ele, praça não equivale a município. Em seu voto, ele levou em consideração que a indústria vendia quase toda a sua produção para a distribuidora que, por sua vez, só revendia produtos fabricados por ela.

No voto, o conselheiro afirmou que o valor tributável não pode ser inferior ao preço de venda do adquirente. "Praça tem a ver com mercado", disse o relator. Ele acrescentou que restringir o conceito de praça a municípios poderia permitir a adoção por grandes empresas de preços artificialmente inferiores para tributação pelo IPI.



*Julgamento na 3ª Turma da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) foi definido ontem por voto de qualidade*



O entendimento do relator foi acompanhado pelos demais conselheiros representantes da Fazenda. Já os representantes dos contribuintes seguiram o voto da conselheira Tatiana Midori Migiyama. Para ela, praça significa uma localidade - município e não uma região inteira.

"A expressão praça do remetente denota o local em que opera o industrial", disse a representante dos contribuintes. A conselheira citou precedentes judiciais que consideram praça como município. Com o empate, o processo foi decidido por meio do voto de qualidade.

Além do setor de higiene e beleza, a tese também se aplica a outros em que a atividade fabril está separada da área de distribuição. O Decreto nº 8.393, de 2015, porém, equiparou atacadistas de alguns cosméticos a industriais, levando o IPI a incidir sobre o valor final praticado por eles. Apesar da mudança, fabricantes de cosméticos ainda são autuados e discutem o conceito de praça, segundo advogados.

De acordo com Fernanda Sá, sócia da área tributária do Machado Meyer Advogados, apesar de a turma ter afastado a argumentação do contribuinte, não ficou claro o que seria praça. "O fato de ser julgamento por voto de qualidade já mostra a impossibilidade de se estabelecer o conceito de praça", afirmou. Sem uma definição, acrescentou, fica a dúvida sobre como se aplica a norma.

Para o advogado Leandro Cabral, sócio do escritório Velloza Advogados Associados, o fato de a Câmara Superior não definir de forma geral, deixando a análise para cada caso, não surpreende. Porém, segundo ele, falta saber quais critérios serão considerados na análise individual do que é praça. "A Câmara Superior é um órgão de uniformização de jurisprudência. Por isso, parece contraditório um entendimento não ser a orientação para todos os casos."